

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XIX



COIMBRA/1981

B I B L I O G R A F I A

TOMÁS PINTO BRANDÃO — *Antologia. Este é o bom governo de Portugal*. Prefácio, leitura de texto e notas de João Palma-Ferreira. Mem Martins, 1976. Publicações Europa-América. «Livros de bolso», n.º 138. 170 pp.

Tomás Pinto Brandão (1664-1743) é hoje uma figura quase inteiramente esquecida das letras portuguesas. Quando o seu nome aparece nas *Histórias* gerais da nossa literatura é sempre em alguma rápida referência que pouco ou nada esclarece o leitor ⁽¹⁾. Compreende-se, no entanto, que assim aconteça, dado o escasso valor literário daquele «que talvez seja o mais acabado representante da deliquescência poética que caracterizou, na verdade, a fase derradeira do barroco português» ⁽²⁾. De toda a maneira, a limitação ou insignificância no plano estético não significa necessariamente falta de interesse sociológico e não é raro que, nesta perspectiva, autores de segunda ou terceira ordem «constituam documentação histórica mais segura e mais valiosa do que os maiores» ⁽³⁾.

Pinto Brandão foi poeta joco-sério, como no seu tempo se dizia, deixando uma vasta produção de sonetos, oitavas, décimas, *silvas*,

(1) No moderno *Dicionário de Literatura*, dirig. por Jacinto do Prado Coelho, nenhuma atenção lhe é dedicada, nem mesmo no artigo *Sátira. Época Moderna* (3.ª ed., vol. IV, Porto, 1978, pp. 993-1001). Apenas encontrámos brevíssimas alusões nos artigos *Porto* (vol. III, Porto, 1978, p. 847) e *Quixote (Dom) e Quixotismo* (*ibid.*, p. 904).

(2) Vítor M. P. de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Coimbra, 1971, pp. 154-155.

(3) Joel Serrão, *Aparentamentos sobre o valor das fontes literárias como documentos históricos*, in *Vértice*, vol. XV, Coimbra, 1955, n.º 140, p. 260. Cfr. V.M.P. de Aguiar e Silva, *op. cit.*, p. 219; Y.-M. Hilaire, *Notes sur la religion populaire au XIX^e siècle*, in *La Religion Populaire* (Colóquio do C. N. R. S. — 1977), Paris, 1979, p. 193; João Palma-Ferreira, *Obscuros e marginados. Estudos de cultura portuguesa*, Lisboa, 1980, pp. 87-198.

romances, etc., de que se poderiam «formar muitos volumes», segundo Barbosa Machado ⁽⁴⁾. Alguns desses escritos saíram em folhetos impressos e uma parte considerável encontra-se reunida no *Pinto renascido, empernado, e desempennado. Primeiro voo* (1.^a ed., Lisboa, 1732). Vivendo «de alegrar a gente» e dos favores da corte e dos grandes, o autor, ao dar largas à sua veia satírica, criticando jocosamente pessoas, instituições e acontecimentos, fornece-nos numerosos dados de interesse para o conhecimento da sociedade portuguesa na primeira metade do século xvm ⁽⁵⁾.

Disso se apercebeu muito bem o Dr. João Palma-Ferreira, que, na sequência de outros trabalhos em que tem procurado tirar do esquecimento antigos escritores «obscuros e marginados», resolveu organizar e publicar uma *Antologia* de Tomás Pinto Brandão. Seguiu o critério de só incluir composições significativas «quer do tempo, quer do autor», atribuíveis a este «sem sombra de dúvidas» e anteriormente impressas, sobretudo no *Pinto renascido* ⁽⁶⁾. A escolha dos textos teve em vista documentar variados aspectos sociais e culturais da época. Com fins de divulgação, a edição dirige-se ao grande público, cuja atenção e interesse se pretendem atrair para domínios até agora reservados aos especialistas. Por isso o volume se apresenta com a ortografia modernizada.

No prefácio (pp. 5-18) encontramos uma breve biografia do poeta, considerado «um produto típico» do seu tempo, que se procura caracterizar em linhas gerais. Numerosas notas acompanham os textos, a fim de esclarecer referências a personagens ou acontecimentos históricos e as próprias palavras ou maneiras de dizer de Pinto Brandão, nem sempre facilmente compreensíveis para o leitor actual.

⁽⁴⁾ *Biblioteca Lusitana*, 2.^a ed., t. III, Lisboa, 1933, p. 732.

⁽⁵⁾ Cfr. Violeta Crespo Figueiredo, *Papéis volantes do século XVIII — 6. Riso*, in *História*, n.º 6, Abril-1979, pp. 72-73, 81, e *Papéis volantes do século XVIII — 7. Público, política e censura*, in *História*, n.º 8, Junho-1979, pp. 71, 73.

⁽⁶⁾ J. Palma-Ferreira utilizou a edição de 1753 (saída da oficina de Pedro Ferreira), a que chama «segunda» (p. 7), de acordo com Inocêncio F. da Silva (*Dicionário Bibliographico Portuguez*, t. VII, Lisboa, 1862, p. 354). No entanto, o exemplar que conhecemos, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, está datado de 1733, foi impresso na oficina de José António da Silva e tem no rosto, a seguir ao *Primeiro voo*, a indicação: *Novamente emendado dos muitos erros da primeira impressão*. Parece ser esta, portanto, a 2.^a edição e a de 1753 será, provavelmente, a 3.^a.

Este pequeno volume tem, portanto, o mérito incontestável de relembrar e tornar acessível um autor esquecido, de pôr em foco o seu interesse para a história social e de reconhecer o lugar que ocupa na nossa literatura satírica. Sem falar das dificuldades que o organizador terá defrontado na redacção de muitas notas, dada a terminologia das composições, em parte já desusada e às vezes bizarra e abstrusa.

Precisamente por se tratar de uma iniciativa digna de muito apreço, faremos algumas observações críticas que abrangem os seguintes aspectos: 1) certos pontos do prefácio e das notas; 2) a autoria da sátira *Este he o bom governo de Portugal*; 3) o texto deste escrito tal como foi aqui publicado.

Ao caracterizar culturalmente o tempo de Pinto Brandão, o A. transcreve e aceita de Manuel Bernardes Branco as seguintes afirmações: «Não se raciocinava, não se pensava, não se discorria, [...] não se olhava para o futuro, não se tratava de sahir do estado de incrível embrutecimento em que se achava o paiz. O homem estava reduzido a um automato, o qual gyrava ou se movia tão somente na direcção que seus donos queriam» (7). Ora, que tais palavras se escrevessem há um século não é de estranhar, mas já surpreende que elas sejam agora repetidas sem qualquer correcção ou esclarecimento, como se o nosso conhecimento da cultura portuguesa no tempo de D. João V nada tivesse progredido desde então e esquecendo assim toda uma vasta e importante bibliografia, publicada especialmente nas últimas décadas (8).

(7) *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885, p. 145. Cfr. *ibid.*, pp. 150, 154-174. E não falta, claro, a visão mítica de Pombal e das suas reformas: «Com a apparição do marquez tudo mudou. [...] Ao marquez de Pombal se deve a regeneração de um paiz inteiro, immerso no mais profundo embrutecimento intelectual de que ha memoria...» (pp. 177 e 179).

(8) Citaremos apenas algumas obras gerais de investigação e de síntese: José S. da Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia (Sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra, 1953; António Alberto de Andrade, *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga, 1946, e *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, 1966; A. Coimbra Martins, *Luzes*, in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 836-856; J. Verissimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. III, Lisboa, 1974. De grande interesse metodológico são os ensaios de Jorge Borges de Macedo: *Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesas nos séculos XVII e XVIII*, in *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, n.º 1, Lisboa, 1966, pp. 119-133; «*Estrangeirados*», um conceito a rever, Braga, 1974

Nem sequer foram tidas em conta as páginas em que o próprio Bernardes Branco limitou consideravelmente o alcance da anterior opinião ao escrever que, apesar do «embrutecimento» do povo e do «vergonhoso atraso» das ciências, «as letras eram cultivadas» e que D. João V foi «de todos os monarcas portugueses o que mais protegeu as artes e as letras», constituindo o seu reinado, neste plano, «um período notável» (****⁹).

Mesmo esta atitude parece estar, em parte, superada por uma historiografia que procura *revalorizar*, em certa medida, a poesia barroca e a teorização literária do tempo (¹⁰ *), e que, por outro lado, não se contentando com a ideia demasiado simples do povo «embrutecido», se esforça por trilhar os difíceis mas aliciantes caminhos do estudo das mentalidades, atenta à distinção (embora discutida) entre cultura erudita e cultura popular e com interesse crescente pelos aspectos complexos de uma religião popular durante muito tempo esquecida ou desprezada (¹¹)«

(Sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXVIII), e 2.ª ed., Lisboa, s.d.; *Formas e premissas do pensamento luso-brasileiro do século XVIII*, in *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. I, Lisboa, 1981, n.º 1, pp. 74-82.

(9) *Op. cit.*, pp. 180, 207-221, 251-279.

(¹⁰) Cfr. Vitor M. P. de Aguiar e Silva, *op. cit.*; Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal, do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, 1973.

O¹) Sobre estes temas não abundam, entre nós, as publicações (pelo menos para a Época Moderna), embora já sejam numerosas no estrangeiro. Queremos apenas recordar as belas palavras de Pierre Chaunu a propósito do livro de Michèle Ménard, *Mille retables de Panden diocèse du Mans. Essai sur les mentalités religieuses des XVII^e et XVIII^e siècles* (Paris, 1980): «Longtemps l'histoire a oublié le geste des humbles, longtemps elle a négligé le rapport à l'essentiel, quand ce rapport à l'essentiel (religion vient de *religare*, la religion est ce qui relie l'être-pour-la-mort que nous sommes à l'Etre et au Sens) était rapport des humbles. Il y a eu une histoire de la vie matérielle, il y avait une histoire religieuse au niveau des élites. Mais, en vieille terre de chrétienté, qui se souvient de la piété de ceux qui n'avaient pas accès aux sommets de la pensée, de la contemplation ou de l'ascèse? De ceux qui ne laissent d'autres traces que les trois actes des registres des paroisses? Comment les saisir? [...]».

Les retables ont été le support privilégié de la prière des humbles au sommet de la Réforme catholique; elle culmine dans nos campagnes à la fin du xvn^e et au début du xviii^e siècle. L'image est indissociable du discours. [...]. Michèle Ménard lit les retables, le discours collectif de l'image retable, comme nous lisons les testa-

Algumas observações se podem fazer também à forma como o A. apresenta o ambiente moral da época, que se teria caracterizado por «injustiças sociais, fraudes, corrupção administrativa e protecționismos escandalosos» (p. 9), a ponto de «o espectáculo de corrupção» ser verdadeiramente «aterrador» (p. 14). Ora, a verdade é que o mesmo se poderá dizer de qualquer outro período histórico: basta escolher convenientemente as fontes. Falar de «paralisia nacional» dando como prova os versos de Pinto Brandão (p. 11) parece-nos excessivo. A literatura satírica tem, sem dúvida, o seu interesse e significado, mas não devemos esquecer as limitações que resultam da tendência para o exagero e a caricatura deformadora ⁽¹²⁾. Assim como há que ter em conta a frequente intenção edificante do género parenético quando se transcreve parte do texto de um conhecido sermão de Bluteau, cheio de censuras aos pecados de Lisboa (pp. 11-12).

É geralmente sabido, e ninguém pretende negar, que a segunda metade do século xvn e a primeira do xvm são tempo de crise de costumes, de divórcio prático entre a fé e a moral, sensível em sectores mais ou menos vastos da sociedade civil e também do clero secular e regular, incluindo as ordens femininas: «o luxo e a degradação penetram nos claustros» (p. 13). Daí o fenómeno dos *freiráticos*, tão explorado * ¹⁶

ments du Minutier parisien. [...]. Elle a retrouvé un langage depuis longtemps perdu. Perdu pour nous, mais pour tous?»

E talvez deva ser também lembrada a observação de Natalie Z. Davis : «Quant à nous, historiens de l'Europe pré-industrielle, nous avons certes pour le peuple un vif intérêt. Mais je ne suis pas sûre que nous ayons pour ses us et coutumes beaucoup de respect. Et cela nous rend difficile de comprendre vraiment la vie des gens du peuple...» *{Les cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au 16^e siècle, trad., Paris, 1979, p. 410}*.

⁽¹²⁾ Com razão escreveu Mário Martins: «As sátiras, as caricaturas e os panfletos ajudam a fazer a história. Mas não bastam, só por si» (*A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (Séculos XIII e XIV)*, Lisboa, 1977, p. 41). Podemos ler, por outro lado, num estudioso da sátira política: «Las acusaciones, a veces, obedecen a motivos reales; en otras ocasiones — seguramente las más — a falseamientos evidentes. Por eso, las figuras que emergen de la sátira política siempre resultan caricaturescas y sólo podrán ser reducidas a dimensiones históricas menos inexactas si se adopta un tratamiento metodológico que sepa desbrozar lo verdadero de lo falso. Guiados sólo por la sátira no se salva ni uno solo de los gobernantes de la España Moderna...» (Teófanos Egido, *Sátiras políticas de la España Moderna*, Madrid, 1973, p. 12).

por urna literatura mais preocupada com o escândalo e a anedota do que com os fundamentos sociais e espirituais da crise ⁽¹³⁾.

Julgamos que esta perspectiva está definitivamente ultrapassada pela historiografia actual, não só ao considerar as causas dessa situação, mas também ao pôr em foco a outra face da medalha, demasiado esquecida ou nem sempre devidamente compreendida. De facto, a onda do relaxamento moral não impediu e terá até ajudado a provocar, como reacção, certos movimentos de renovação dos costumes e da vida religiosa, desde as «missões» de Franciscanos, Jesuítas e Oratorianos, por todo o país, até à célebre Jacobeia. Sobre estes temas existem já importantes estudos e o próprio organizador da *Antologia* contribuiu recentemente com valioso artigo para um melhor conhecimento da vida conventual nos séculos xvn-xvm ⁽¹⁴⁾. Tudo nos leva a pensar, portanto, numa situação complexa, não redutível à fórmula simples da «corrupção», por grande que tenha sido o peso desta ⁽¹⁵⁾.

Passando de aspectos gerais a pontos concretos, diremos que o meritório trabalho das notas, geralmente úteis, não pode levar-nos a deixar sem reparo alguns lapsos manifestos.

Assim, o ataque da sátira de 1713 a «um infante inumano» (p. 156) não foi certamente dirigido a D. António (1695-1757), como pretende

(13) Embora forneçam ainda alguns dados documentais úteis, temos de considerar hoje defeituosos e antiquados os livros de M. Bernardes Branco: *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885; *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, Lisboa, 1886; *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1888. A obra-prima do género deve ter sido escrita por Júlio Dantas: *O amor em Portugal no século XVIII*, Porto, 1916.

(14) J. Palma-Ferreira, *Sobre a autobiografia de Antonia Margarida de Castelo-Branco, 1652-1717*, in *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. I, Lisboa, 1981, n.º 1, pp. 44-73.

(15) Cfr. M. de Lourdes Belchior Pontes, *Frei António das Chagas. Um homem e um estilo do séc. XVII*, Lisboa, 1953; Mário Martins, *O anti-quietismo em Portugal. Literatura de combate*, in *Brotéria*, vol. XXXVII, 1943, n.º 6, pp. 519-531; L. Cabral de Moneada, *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII*, Coimbra, 1952; A. Pereira da Silva, *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*, Braga, 1964, e *A Jacobeia, movimento de renovação da Igreja em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1964; J. S. da Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos primitivos*, Coimbra, 1966; Robert Ricard, *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, 1970; Eugénio dos Santos, *A crise de consciência em Portugal no século XVIII: uma tentativa de análise e superação. A obra do P.º Matias de Andrade (1680-1744)*, Porto, 1978; Cândido dos Santos, *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*, Porto, 1980.

o A. (p. 13, p. 21 nota e p. 156 nota 253), mas sim a outro dos irmãos de D. João V, o infante D. Francisco (1691-1742). Do seu temperamento e do apoio de péssima camarilha resultou uma juventude turbulenta, marcada por actos de violência e crueldade, embora com o tempo tenha vindo a modificar-se. D. António, que a princípio haverá suscitado também uma ou outra impressão desfavorável, acabou por formar um verdadeiro contraste com o irmão. É o que se conclui da instrução dada pelo Governo francês a Livry em 1724, para ocupar o posto de embaixador em Lisboa: «Don Francisco, Paîné, a toujours paru d'une humeur féroce et intraitable, et c'est seulement depuis quelques années que l'on a remarqué quelque adoucissement à ce caractère. Don Antonio, le cadet, au contraire, laisse voir des qualités estimables; il a de bonnes mœurs et de la sagesse» ⁽¹⁶⁾.

Não sabemos onde o A. colheu a informação de que D. Antonio tomou parte na guerra da Sucessão de Espanha (p. 21 nota); bastará observar que, quando Portugal entrou na luta (1704), o infante tinha 9 anos e 17 na altura do armistício (1712).

A propósito de um soneto de Pinto Brandão sobre a febre amarela que grassou na capital portuguesa em 1723, não parece fácil admitir que os casos da Ericeira (1720), Lisboa (1723) e Funchal (1731) pertençam ao mesmo surto epidémico (p. 64 nota), dados os intervalos de tempo. Menos ainda é de aceitar que a epidemia de Lisboa tenha sido uma consequência da célebre e devastadora peste de Marselha (1720-1722), por se tratar de doenças completamente diferentes ⁽¹⁷⁾. Quanto a este ponto, nada prova (nem podia provar) a obra dos fins

⁽¹⁶⁾ *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France*, vol. III (*Portugal*), com introd. e notas do visconde de Caix de Saint-Aymour, Paris, 1886, p. 271. Cfr. *ibid.*, pp. 251-252. Ver, no mesmo sentido: *Description de la Ville de Lisbonne*, Paris, 1730, pp. 68-69; Ch.-F. de Merveilleux, *Mémoires instructifs pour un voyageur*, Amsterdam, 1738 (trad. de Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, vol. I, Mafra, 1960, pp. 154-155). Já em 1716 o embaixador espanhol junto da corte portuguesa informava que o infante D. Antonio era «mas quieto y racional que sus hermanos» D. João V e D. Francisco (Capecelatro ao Rei de Espanha, Lisboa, 5-4-1716 — Archivo Historico Nacional de Madrid: *Estado*, legajo 1769).

⁽¹⁷⁾ Cfr. Antonio C. Vieira de Meirelles, *Memorias de epidemiologia portuguesa*, Coimbra, 1866, pp. 131-139, 245; J.-N. Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, t. I, Paris, 1975, pp. 230-306. Preparamos um estudo sobre a epidemia de 1723 em Lisboa.

do século xviii que o A. cita e que apenas diz respeito à peste e aos meios de a evitar ⁽¹⁸⁾.

Ñas notas 85 (p. 66) e 264 (p. 159) confundem-se duas personagens homónimas que, embora da mesma família, nem sequer foram contemporâneas. O 1.º Bartolomeu de Sousa Mexia (1650-1720) ocupou, por vezes cumulativamente, importantes cargos na administração superior do país e terminou a carreira no posto de secretário das Mercês e Expediente ⁽¹⁹⁾. O outro indivíduo com o mesmo nome (n. 1723) era neto do primeiro. Revelou desde cedo preocupações culturais e escreveu obras de vários géneros, das quais algumas se imprimiram e outras ficaram manuscritas ⁽²⁰⁾.

De maior gravidade, por se tratar de figuras mais conhecidas, é a confusão entre os dois Diogo de Mendonça Corte Real, pai e filho (p. 157 n. 256). O primeiro foi secretário de Estado de D. João V (1707-1736); teve, como escreveu Rebelo da Silva, uma carreira «longa, pacífica e ditosa», falecendo no seu posto ⁽²¹⁾. O segundo ocupou a secretaria de Estado da Marinha e Ultramar no período inicial do reinado seguinte (1750-1756), mas veio a ser demitido por motivos mal esclarecidos e acabou por morrer na prisão.

⁽¹⁸⁾ *Advertencias dos meios que os particulares podem usar para preservarse da peste, [...] compiladas por hum socio da Academia R. das Sciendas [...]*, 2.ª ed., Lisboa, 1801. A autoria é atribuída a Alexandre A. das Neves Portugal (1763-1822), segundo Inocêncio (*Diccionario*, t. I, 2.ª ed., Lisboa, 1924, p. 28).

⁽¹⁹⁾ D. Antonio C. de Sousa, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed., revista por M. Lopes de Almeida e C. Pegado, t. VII, Coimbra, 1949, p. 404, e t. VIII, 1951, p. 174; Virginia Rau, *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951, pp. 303-304; V. Rau e M. Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. II, Coimbra, 1958, *passim*. A designação de «secretário de Estado das Mercês», utilizada por J. Palma-Ferreira (p. 66 n. 85 e p. 158 n. 258), não é rigorosamente exacta, porque o *Estado* e as *Mercês* constituíam então duas secretarias distintas (Cfr. Paulo Merêa, *Da minha gaveta. Os secretários de Estado do Antigo Regimen*, Coimbra, 1965).

⁽²⁰⁾ D. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.ª ed., t. IV, Lisboa, 1935, p. 61. Um manuscrito não citado por este bibliógrafo é o *Tractado do Commercio e dos meios com que se podem estabelecer em Portugal as Manufacturas, e fazer florecer o Commercio* [...] (B. G. da Univ. de Coimbra: Ms. 491, fis. 21-82v.). Foi estudado, de forma breve, por Gentil Ferreira e Sousa, *O «Tractado do Commercio» de Bartolomeu de Souza Mexia*, dissert. de lie. dactilografada, Coimbra, 1960.

⁽²¹⁾ L. A. Rebelo da Silva, *Estadistas portugueses. Diogo de Mendonça Côte Real (1658-1736)*, in *O Panorama*, vol. XII, Lisboa, 1855, p. 362.

Há ainda notas prejudicadas por má leitura de alguns textos, mas deixá-las-emos para quando tratarmos deste ponto. Agora importa considerar, antes de mais, o problema da autoria da sátira *Este he o bom governo de Portugal*, que fecha a *Antologia* (pp. 153-170) e que mereceu certo relevo no prefácio e até na capa do livro, onde dá a impressão de um título geral.

É sabido que os primeiros anos do reinado de D. João V, coincidindo com os últimos da guerra da Sucessão de Espanha, foram tempos difíceis para Portugal: aos desastres militares e aos problemas financeiros juntou-se a crise de subsistências, resultante de uma série de maus anos agrícolas (1707-1712), com os preços dos cereais a subirem em flecha. Não admira que as fontes do tempo nos dêem notícias de fomes, de insubordinações e deserções de soldados a quem não se pagava, de conflitos e motins, de todo um ambiente de insatisfação que é fácil imaginar. Daí a «licença» com que se falava, a ponto de o genovês Viganego, agente da França, a considerar demasiada e acrescentando que não havia em Lisboa mérito nem virtude que escapassem à maledicência ⁽²²⁾.

Foi nestas circunstâncias que, durante o ano de 1713, começou a correr na capital um panfleto manuscrito que atacava com extrema violência o Rei, um dos infantes, os órgãos superiores do Governo e da administração e os seus presidentes ou principais membros, os ministros da Justiça e os da Igreja, os assentistas fornecedores do exército, os governadores ultramarinos, os fidalgos, as mulheres em geral (distinguindo solteiras, casadas e viúvas...), os *atravessadores* e «toda a mais canalha vil» de mercadores e vendilhões, acabando por pedir a Deus «governo novo» e por aludir à vinda do Encoberto...

O caso deve ter sido tão falado que Viganego achou conveniente informar a sua corte: «Il parut icy il y a environ trois mois une satyre en vers portugais, laquelle, commençant par le Roy et les Princes, outrageoit cruellement la Cour et les Conseils de Portugal». E comentava, com equidade e bom senso: «Les choses y sont trop outrées et l'on peut dire des vérités sans pousser loin la medisançe» ⁽²³⁾.

⁽²²⁾ Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, tomo V, Paris, 1845, p. CCXXXIX, nota. O doc. citado é de 6-2-1714.

⁽²³⁾ Viganego a Torcy, secretário dos Neg. Estrangeiros de França (Lisboa, 23-1-1714) — Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris): *Correspondance politique, Portugal*, vol. 46, fl. 20v.

O papel, constituído nos exemplares que conhecemos (com excepção de um) por 40 décimas, sempre seguidas do refrão *Este he o bom governo de Portugal*, aparecia com o título de *Satira ao Governo de Portugal*, ou outro semelhante, e era jocosamente atribuído a «Gregorio de Mattos resucitado em Pernambuco no anno de 1713». Mas quem terá sido, realmente, o seu autor?

O organizador da *Antologia* não hesitou em incluir nela o poema, declarando, mais de uma vez, que só escolheu textos atribuíveis «sem sombra de dúvidas» a Tomás Pinto Brandão (pp. 9 e 17). Onde lhe vem esta certeza? Naturalmente da anterior publicação da sátira, feita por James Amado na sua edição das *Obras completas de Gregorio de Matos*, vol. VII, Salvador, s.d., pp. 1671-1684. Aí escreveu o investigador brasileiro (p. 1744) que, «sem indicação de autoria, o poema é sabidamente de Tomás Pinto Brandão», afirmação aceite por J. Palma-Ferreira (p. 155 nota). Mas «sabidamente» porquê? A verdade é que nenhum dos dois estudiosos apresenta qualquer prova ou esboço dela.

Por nossa parte, pensamos que podem realmente invocar-se argumentos a favor de Pinto Brandão, mas também contra. Assim, parecem dar apoio a esta autoria:

1) A atribuição fictícia a Gregorio de Matos, célebre poeta satírico luso-brasileiro falecido havia quase 20 anos e que se sabe ter sido amigo de Pinto Brandão (Cfr. *Antologia*, p. 29).

2) A referência do autor da sátira às demoras na obtenção do hábito da ordem de Cristo (p. 161), quando sabemos que foi essa uma das pretensões de Pinto Brandão, várias vezes manifestada (Cfr. *Antologia*, pp. 66, 69, 79).

Em sentido contrário, convém, no entanto, lembrar:

1) Não conhecemos até agora nenhuma fonte do tempo que atribua expressamente a sátira ao poeta do *Pinto renascido* e, contudo, ele queixava-se de abusarem do seu nome a propósito de tais escritos: «Faça-as aqui o Diabo, / Que disso está cheio o Reino, / Logo é autor Tomás Pinto, / E por consequência Réu» (*Antologia*, p. 44).

2) O evidente sebastianismo da última estrofe (pp. 169-170) está em contradição com o anti-sebastianismo de T.P.B., claramente revelado numa obra impressa e noutras composições que ficaram

manuscritas ⁽²⁴⁾. É certo que entre o primeiro texto e os últimos passaram bastantes anos e o autor poderia, entretanto, ter mudado de opinião, mas isto é urna simples conjectura, não uma prova.

3) A *Satira ao Governo de Portugal* deve ter produzido um certo impacto e ter tido grande difusão, a julgar pelo testemunho de Viganego e pelos manuscritos existentes. Ora, se houvesse a certeza, ou mesmo forte suspeita, de que o autor era T.P.B., seriam incompreensíveis o apoio e a benevolência que continuou a encontrar no Rei, na família real e em muitos membros da nobreza. As alusões de alguns versos a uma certa quebra do favor régio (cfr. *Antologia*, pp. 27, 48-51) não nos dizem quando ela se verificou, nem porquê; não vemos que provem o termo definitivo das suas relações no Paço, como pretende o organizador da colectânea (p. 7). E para um homem que vivia na dependência das liberalidades do monarca e da corte não seria um erro perigoso pôr a correr, embora sob anonimato, um violentíssimo ataque aos seus protectores?

Em suma, o problema da autoria da terrível sátira não nos parece, de modo nenhum, resolvido. Por isso julgamos prematura a sua inclusão nesta *Antologia* entre as obras consideradas «atribuíveis sem sombra de dúvidas» a Pinto Brandão. Mas como foi, afinal, publicada, não queremos terminar esta já longa recensão sem dizer alguma coisa a respeito do critério seguido na edição e dos seus resultados.

Só foram reunidos neste volume textos anteriormente impressos, com a intenção, segundo parece, de evitar possíveis apócrifos (pp. 9 e 17), e provenientes, na sua imensa maioria, do *Pinto renascido*. Teria sido preferível, no entanto, utilizar, em vez da edição póstuma de 1753, a de 1733, saída ainda em vida do autor e «emendada dos muitos erros da primeira» (Ver atrás a nota 6).

Quanto à extensa poesia dialogada e autobiográfica intitulada *Vida, e morte de Thomaz Pinto Brandad, escrita por elle mesmo semi-vivo, offerecida ao Serenissimo Infante D. Antonio* (*Antologia*, pp. 19-59),

(24) Cfr. *Aos declarados Encubertos / Romance / De hum anonimo Thomaz Pinto*, Lisboa, 1730. Neste papel, depois de ridicularizar os sebastianistas, o autor concluiu: «Dos mais Reynos nos motejaõ / que esperamos Deos, e Rey; / Judeos, e sebastianistas! / irra; seja-o quem quizer». Ver também: Bibi. N. de Lisboa, *Códice 8589*, pp. 493-533, e *Cód. 3240*, fls. 101-109. A atitude foi considerada «dezacato» e asperamente criticada por um versejador anónimo numa série de 43 quadras (B.N.L. : *Col. Pombalina*, Ms. 126, fls. 139-140).

foi reproduzida de uma miscelânea impressa dos fins do século xvm, sem ter em conta os manuscritos existentes e embora se saiba como são frequentes os erros e alterações de edições antigas organizadas nessas circunstâncias ⁽²⁵⁾.

E se é grande o risco de confiar em tais edições, também por vezes o é no caso das modernas, do que nos dá bom exemplo precisamente a leitura da *Satira ao Governo de Portugal* que se encontra na obra de James Amado e que o Dr. J. Palma-Ferreira adoptou «com diversas correcções» (p. 155 nota). Estas foram feitas, segundo parece, por simples palpite e não se diz ao leitor quais são, de modo que não se torna fácil saber se determinadas diferenças entre as duas edições constituem ou não alterações voluntárias. Não se recorreu à consulta de algum ou alguns dos manuscritos existentes nas bibliotecas e arquivos portugueses, facto tanto mais de estranhar quanto é certo que o texto editado por J. Amado (embora através de uma cópia, provavelmente defeituosa, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) está na Biblioteca Nacional de Lisboa ⁽²⁶⁾.

O confronto com o Ms. revela numerosos erros de leitura, que por vezes deturpam o texto e o tornam até incompreensível. O exemplo mais flagrante é talvez o da estrofe 21, onde o autor da sátira, depois de grave acusação a D. António Luís de Sousa, 2.º marquês das Minas, teria escrito o seguinte: «e o fo. o bom cavalheiro, / deteve a cavalaria / quando o inimigo frigia / de xevara no asinal» (*Antologia*, p. 163). O anotador admite a possibilidade de má leitura nas palavras do último verso, ou a influência de termos castelhanos. Em qualquer caso, tais como estão, são linhas ininteligíveis. A consulta do Ms. já citado ajuda a resolver o problema, porque nele podemos ler: «e o f.º *filho*]

(25) *Miscellanea Curiosa, e Proveitosa, ou Compilação, Tirada das Melhores Obras das Nações Estrangeiras; Traduzida, e ordenada por *** C./., tomo III, Lisboa, 1781, pp. 240-278. Cfr. Antologia, p. 8. Na Biblioteca G. da Universidade de Coimbra, Ms. 369, fls. 31-65, e Ms. 406, fls. 15-51, há cópias do poema em letra do século xvm. Um rápido confronto revelou-nos que o compilador da *Miscellanea* retocou ou substituiu palavras e suprimiu certos passos mais escabrosos. Agradecemos à Senhora Dr.ª Maria Luisa Lemos, bibliotecária da B.G.U.C., e ao nosso colega e amigo Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro a amável indicação de alguns Mss. com obras de T. Pinto Brandão.*

(26) B.N.L.: *Códice* 4946, fls. 64-67. Nas edições de J. Amado e J. Palma-Ferreira indica-se apenas a cota antiga (R-3-64).

o bom caualeiro / deteue a caualaria / quando o ignimigo fugia / de Xeuora no azinhal».

Com esta forma, a frase passa a ter sentido: o *bom cavaleiro* é D. João de Sousa, 3.º marquês das Minas (e *filho* do 2.º), que sabemos ter comandado a cavalaria do exército do Alentejo nas operações de 1711 e 1712 ⁽²⁷⁾. O *Xévora* é o rio que atravessa regiões fronteiriças de Portugal e Espanha entre Ouguela e Badajoz, até desaguar no Guadiana. *Azinhal* tanto pode ser nome comum como próprio, pois sabemos que o exército espanhol do marquês de Bay, depois de ter levantado o cerco de Campo Maior (1712), foi acampar a pouco mais de meia légua da praça, «no sitio chamado do Azinhal» ⁽²⁸⁾. Provavelmente, outros locais haveria naquela zona assim designados. E é claro que o inimigo não *frigia*, mas *fugia*... A sátira deve referir-se a qualquer episódio da fase final da guerra da Sucessão de Espanha em que participou D. João de Sousa.

São numerosos, como já dissemos, os erros de leitura. Passamos a apontar os mais importantes, indicando, por ordem, a página e linha da *Antologia* e as palavras, tais como aparecem nesta e no Ms. Assim: p. 155, l. 12, está *digna* por *digua*; p. 157, l. 5, *sanguessuga* por *sanguexuga*; p. 157, l. 27, *calendário* por *candelario*; p. 159, l. 3, *dando* por *donde*; p. 159, l. 4, *meus* por *seus*; p. 159, l. 13, *registo* por *rezisto*; p. 159, l. 16, *daqui* por *aqui*; p. 160, l. 7, *chinchilas* por *chinchilhas*; p. 160, l. 9, *do* por *de*; p. 160, l. 19, *dado* por *dado*; p. 161, l. 23, *cruzas* por *cruzes*; p. 162, l. 11, *estão regendo a* por *está regendo o*; p. 162, l. 14, *bom* por *gram*; p. 162, l. 25, *Reselo* por *Rebello*; p. 163, l. 15, *estrangeiro* por *o estrangeiro*; p. 163, l. 21, *coutos* por *contos*; p. 164, l. 6, *vagara* por *vazara*; p. 165, entre as linhas 6 e 7, falta uma linha: *p.^a qprompto e ligeiro*; p. 165, l. 7, *voto* por *Moto*; p. 166, l. 27, *nobres* por *pobres*; p. 167, l. 5, *eos* por *vos*; p. 167, l. 34, *há já* por *haja*; p. 168, l. 9, *vaganaus* por *vagamáos*; p. 168, l. 18, *atravessados* por *atravesadores*; p. 168, l. 26, *escorram* por *emcorraõ*; p. 168, l. 33, *graça* por *traça*; p. 169, l. 25, *siga* por *digua*; p. 169, l. 31, *para exaltar de p.^o a*

⁽²⁷⁾ *Re façam da Campanha de Alem-Tejo no Outono de 1712 com o Diario do sitio, & gloriosa defesa da Praça de Campo Mayor, recopiladas das memorias dos Generaes*, Lisboa, 1714, pp. 7, 13, 14; *Relação dos Successos da Guerra da Liga. Cópia de um manuscrito de Affonso da Gama Palha*, Eivas, 1906, p. 104.

⁽²⁸⁾ *Relaçam da Campanha de Alem-Tejo*, cit., p. 48. Na *Relação* de A. da Gama Palha encontram-se referências à ribeira, ponte e campo de Xévora.

lei por por exaltar de xp.º (= Cristo) a ley; p. 169, l. 33, *o encoberto por encuberto*.

Estas simples observações não esgotam, de modo nenhum, a problemática textual da *Satira*, pois o Ms. citado não é o único existente. Outros se encontram nos arquivos e bibliotecas, com numerosíssimas variantes, e, pelo menos num caso, com 46 estrofes em vez de 40 ⁽²⁹⁾. Permitem corrigir alguns erros do códice 4946 da B.N. de Lisboa, mas suscitam, por sua vez, novos problemas críticos ⁽³⁰⁾. São aspectos que, a nosso ver, deverão ser considerados numa futura reedição; a divulgação dos antigos escritores é uma útil tarefa, mas tem de ser realizada, tanto quanto possível, a partir de textos correctos.

Quanto à questão da autoria, será preciso provar que a *Satira* é efectivamente de Pinto Brandão antes de a incluir nesta *Antologia*, ou ao menos publicá-la com todas as reservas.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

(29) Ver, por exemplo, na B. G. da Universidade de Coimbra: Ms. 363, fls. 30-34v. ; Ms. 399, fls. 196-202v.; Ms. 506, fls. 119-122; Ms. 1088, fls. 173-183; Ms. 3160, fls. 33-42v.; e na B.N. de Lisboa: *Códice 675*, fls. 260-262v.

(30) A consulta desses Mss. mostra-nos (aliás de acordo com o sentido exigido pelo contexto) que há no Cód. 4946 da B.N.L. os seguintes erros que passaram para a *Antologia*: p. 160, l. 3, está *referir* por *deferir*; p. 165, l. 32, *distribuidores* por *destruidores*; p. 166, l. 25, *franqueza* por *fraqueza*.